



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2021

PROTOCOLADO SOB Nº \_\_\_\_\_/2021

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**DISPÕE SOBRE A COBRANÇA POR USO  
DE BANHEIROS INSTALADOS EM  
ESTABELECIMENTOS COLETIVOS  
VOLTADOS PARA O COMÉRCIO E  
SERVIÇOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO  
DO RIO GRANDE, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

Art. 1º Fica vedada a cobrança pelo uso de banheiros instalados em shopping centers, centros comerciais, galerias, supermercados e quaisquer outros estabelecimentos coletivos voltados para o comércio e serviços de modo geral, no âmbito do Município do Rio Grande.

Art. 2º Os banheiros de uso público, de que trata esta Lei, deverão ser mantidos limpos e seguros para a utilização dos consumidores, encargo este que deverá ser suportado pela administração dos entes descritos no art. 1º, ficando vedado qualquer tipo de repasse ou cobrança aos lojistas.

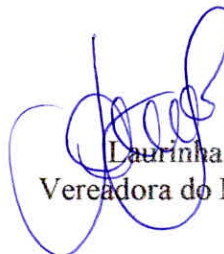
Art. 3º O descumprimento da presente Lei acarretará ao fornecedor multa no valor de mil Unidades de Referência Municipal, (1000 URM) a ser revertida para o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD, aplicada em dobro, ocorrendo reincidência e em caso do contribuinte, cassação do alvará.

Art. 4º A fiscalização da presente Lei ficará a cargo do Programa de Proteção de Defesa do Consumidor – PROCON.

Art. 5º O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que couber e for necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor trinta dias a contar da data de sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2021.

  
Laurinha  
Vereadora do MDB

VISTO

\_\_\_\_\_  
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2021

PROTOCOLADO SOB Nº \_\_\_\_\_/2021

EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ATA		
EXPEDIENTE	/	/2021
ACEITO EM	/	/2021
APROVADO EM	/	/2021
REJEITADO EM	/	/2021
ARQUIVO	/	/2021

**Justificativa:**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo vedar a cobrança da taxa de uso dos banheiros em estabelecimentos coletivos voltados para o comércio e serviços.

Vale ressaltar que se trata de necessidade fisiológica humana, sendo a permissão do uso do banheiro em qualquer estabelecimento comercial um ato justo e solidário, visamos ainda evitar o constrangimento daquele cidadão que necessita utilizar um banheiro, mas que não possui recursos para tal.

Desta forma, conto com o apoio indispensável dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

VISTO

\_\_\_\_\_  
Presidente